

Envio de Documento Cancelamento de documentos Proventos

A- A+

Protocolo



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA

Empresa

Código CVM: 00811-7
Nome: LOJAS HERING SA

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Protocolo de Recebimento: 008117DFP311220160100063010-73
Protocolo Relacionado: 008117FCA000020170100063009-86
Tipo de Arquivo: Demonstrações Financeiras Padronizadas
Versão: 1
Data de Referência: 31/12/2016
Data de Entrega: 09/03/2017 09:45

DFP capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V1 recebido em 09/03/2017.

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Imprimir

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	39

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46
Preferenciais	85
Total	131
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	13/04/2017	Dividendo	10/05/2017	Ordinária		1,96960
Assembléia Geral Ordinária	13/04/2017	Dividendo	10/05/2017	Preferencial		1,96960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	53.207	52.407	51.488
1.01	Ativo Circulante	2.760	2.092	1.521
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.910	1.399	957
1.01.03	Contas a Receber	627	540	437
1.01.03.01	Clientes	627	540	437
1.01.04	Estoques	165	137	116
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	1	1
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2	1	1
1.01.07	Despesas Antecipadas	10	14	9
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46	1	1
1.01.08.03	Outros	46	0	1
1.02	Ativo Não Circulante	50.447	50.315	49.967
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	374	343	306
1.02.01.06	Tributos Diferidos	361	312	275
1.02.01.06.02	IR/CS a recuperar s/prejuízos fiscais	361	312	275
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13	31	31
1.02.02	Investimentos	49.668	49.537	49.260
1.02.02.01	Participações Societárias	40	33	27
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	39	32	26
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	49.628	49.504	49.233
1.02.03	Imobilizado	373	403	368
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	373	403	368
1.02.04	Intangível	32	32	33
1.02.04.01	Intangíveis	32	32	33

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	53.207	52.407	51.488
2.01	Passivo Circulante	592	536	313
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26	26	28
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12	11	12
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14	15	16
2.01.02	Fornecedores	60	58	55
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	60	58	55
2.01.03	Obrigações Fiscais	160	171	155
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	131	145	131
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30	38	36
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	43	44	43
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	1	1	1
2.01.03.01.04	Outros	57	62	51
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29	26	23
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	0	1
2.01.05	Outras Obrigações	315	250	49
2.01.05.02	Outros	315	250	49
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	260	208	34
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	55	42	15
2.01.06	Provisões	31	31	26
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31	31	26
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31	31	26
2.02	Passivo Não Circulante	34.200	33.690	33.218
2.02.02	Outras Obrigações	18.389	17.879	17.407
2.02.02.02	Outros	18.389	17.879	17.407
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis	18.381	17.824	17.387
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8	55	20
2.02.03	Tributos Diferidos	15.811	15.811	15.811
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.811	15.811	15.811

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido	18.415	18.181	17.957
2.03.01	Capital Social Realizado	17.359	17.359	17.359
2.03.02	Reservas de Capital	451	451	451
2.03.04	Reservas de Lucros	547	313	89
2.03.04.01	Reserva Legal	55	31	7
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	492	282	82
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	58	58	58

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.197	3.042	2.814
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.156	-1.276	-1.218
3.03	Resultado Bruto	2.041	1.766	1.596
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.122	-868	-963
3.04.01	Despesas com Vendas	-312	-366	-305
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-803	-717	-776
3.04.02.01	Despesas Gerais/Administrativas	-641	-566	-642
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-57	-56	-45
3.04.02.03	Remuneração dos Administradores	-105	-95	-89
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	277	172
3.04.04.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Propriedades de Investimento	0	0	88
3.04.04.02	Outras Receitas	0	277	84
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7	-62	-54
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	919	898	633
3.06	Resultado Financeiro	-366	-329	-308
3.06.01	Receitas Financeiras	249	187	110
3.06.02	Despesas Financeiras	-615	-516	-418
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	553	569	325
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-60	-90	196
3.08.01	Corrente	-109	-126	-49
3.08.02	Diferido	49	36	245
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	493	479	521
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	493	479	521
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,76000	3,66000	3,98000
3.99.01.02	PN	3,76000	3,66000	3,98000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,76000	3,66000	3,98000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.99.02.02	PN	3,76000	3,66000	3,98000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	493	479	521
4.03	Resultado Abrangente do Período	493	479	521

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	669	810	337
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.221	1.137	693
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do exercício	493	479	521
6.01.01.03	Mudança no valor justo de propriedades de investimento	0	0	-88
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre propriedades de investimento	0	0	30
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	109	126	49
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social s/prejuízos fiscais	-50	-36	-275
6.01.01.08	Despesas com provisão de juros sobre parcelamento de impostos	612	512	411
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	57	56	45
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-334	-239	-326
6.01.02.01	Aumento (Diminuição) nos ativos	-138	-129	45
6.01.02.02	Aumento (Diminuição) nos passivos	-196	-110	-371
6.01.03	Outros	-218	-88	-30
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-158	-368	-252
6.02.01	Baixa no ativo permanente	0	83	46
6.02.02	Adições ao ativo permanente	-27	-174	-151
6.02.04	Baixa aos Investimentos	0	0	17
6.02.05	Adições aos Investimentos	-131	-277	-164
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	511	442	85
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.399	957	872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.910	1.399	957

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	313	0	58	18.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	313	0	58	18.181
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	493	0	493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	493	0	493
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	234	-493	0	-259
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	234	-493	0	-259
5.07	Saldos Finais	17.359	451	547	0	58	18.415

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	89	0	58	17.957
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	89	0	58	17.957
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	479	0	479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	479	0	479
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	224	-479	0	-255
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	224	-479	0	-255
5.07	Saldos Finais	17.359	451	313	0	58	18.181

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-327	0	17.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-327	0	17.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47	0	-47
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-34	0	-34
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13	0	-13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	521	0	521
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	521	0	521
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	89	-147	58	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	89	-89	0	0
5.06.04	Revisão Valor Justo Terrenos	0	0	0	-120	120	0
5.06.05	Revisão Valor Justo Edificações	0	0	0	62	-62	0
5.07	Saldos Finais	17.359	451	89	0	58	17.957

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	3.694	3.822	3.341
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.766	3.552	3.199
7.01.02	Outras Receitas	0	277	260
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-72	-7	-118
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.404	-1.495	-1.459
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.156	-1.276	-1.217
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-248	-219	-242
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.290	2.327	1.882
7.04	Retenções	-57	-56	-45
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-57	-56	-45
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.233	2.271	1.837
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	249	187	110
7.06.02	Receitas Financeiras	249	187	110
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.482	2.458	1.947
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.482	2.458	1.947
7.08.01	Pessoal	327	370	315
7.08.01.01	Remuneração Direta	284	321	274
7.08.01.02	Benefícios	24	24	22
7.08.01.03	F.G.T.S.	19	25	19
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	772	746	396
7.08.02.01	Federais	497	517	186
7.08.02.02	Estaduais	206	169	149
7.08.02.03	Municipais	69	60	61
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	890	863	715
7.08.03.01	Juros	615	516	418
7.08.03.02	Aluguéis	0	22	28
7.08.03.03	Outras	275	325	269
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	493	479	521
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	493	479	521



Administração

LOJAS HERING S/A

Companhia Aberta

Iniciada originariamente, no Brasil, pelo comerciante/imigrante, Hermann Hering, em 1878, ao qual se juntou o seu irmão Bruno Hering, com sede sempre no mesmo local, cujo capital e ativos foram utilizados para a constituição, em 1893, de outra Companhia, da qual foi tornada novamente independente por deliberação unânime, em AGE, datada de 23/12/1950, arquivada na Junta Comercial em 18/01/1951, sob número 5.513, com consequente lavratura de **Escritura Pública de Compra e Venda, sob a forma onerosa** e pela qual aquela Companhia vendeu e os acionistas de Lojas Hering adquiriram, os ativos móveis, imóveis, mercadorias e especialmente o **fundo de comércio**, envolvendo a marca e a clientela da área de varejo, para uso no comércio, livremente, em todo o Brasil, nesta atividade e, ou, outra qualquer atividade, a critério de sua administração, **sem qualquer restrição, para que a nova Sociedade ...”os possua, como seus que são, de hoje para sempre”...** (grifamos), como alhures foi mencionado na própria Escritura Pública. A dita **Escritura Pública** também constituiu a sociedade Lojas Hering S/A, lavrando seus **Estatutos** constitutivos, **assinados pela diretoria, por todos os membros dos conselhos de administração e fiscal da então vendedora dos ativos como determinado pela autorização dada na AGE dessa**, e também pelos sócios e esposas dos fundadores da Lojas Hering S/A, tudo conforme registrado no Primeiro Ofício de Notas da Comarca de Blumenau, SC, fls. 54 e seguintes, no livro número 19, na data de 29/12/1950, arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob número 10.545, em 04/01/1951 e publicado no Diário Oficial do Estado, na página 7, da edição número 4.334, em 05/01/1951.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOJAS HERING S/A – CNPJ 82.640.632/0001-84

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, as demonstrações contábeis e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

No decorrer do exercício findo, a Companhia não contratou e nem recebeu, por parte de seu auditor independente Actus Auditores Independentes S/S, a prestação de outros serviços externos diversos da auditoria das demonstrações financeiras do balanço anual e dos informativos trimestrais.

A receita bruta total oriunda de nossa única loja e da locação de parte do imóvel da sede da Companhia alcançou em 2016, o montante de R\$ 3.766 mil (R\$ 3.552 mil em 2015) o representou um crescimento de 6,31%. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, cujo quadro ficou estável no decorrer do exercício.

O lucro líquido de 2016 foi de R\$ 493 mil, ante R\$ 479 mil de 2015, o que representou um crescimento de 2,84% em relação ao exercício anterior.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2017.



Administração

LOJAS HERING S/A



Conselho de Administração:

Edda Elisa Steinbach – Presidente

Denise Steinbach Zadrozny – Vice-Presidente

Cid Steinbach – Secretário

Diretoria:

Cid Steinbach – Presidente

Ademar Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

LOJAS HERING S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto, a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de Fevereiro de 2017 e não há eventos subseqüentes a serem divulgados.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

i. Principais premissas e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Abaixo seguem as principais estimativas efetuadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Impairment de ativos de vida útil longa

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento e estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto ajustada a partir da taxa líquida Selic para que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e. Continuidade Operacional

A Companhia preparou as demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos prazos dos contratos. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Notas Explicativas

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente em sua data de origem. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelas mercadorias vendidas, bem como pela locação de suas propriedades para investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Na prática, as contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa individual aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

Notas Explicativas

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações:

iii. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário.

c. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de vendas.

d. *Propriedades para investimento*

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

Anualmente, a Companhia reavalia suas propriedades para investimentos para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do período de reporte.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

	Taxa anual depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Redução do valor recuperável

i. Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros:

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre atualização de parcelamento de tributos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

j. Demonstração do valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas e aluguéis, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), Custo com serviços prestados e produtos vendidos (custo das vendas das mercadorias, de produtos e de serviços, materiais, energia e serviços de terceiros e outros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização e, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 543(R\$ 472 em 2015) para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.910	1.399
Contas a receber de clientes	<u>627</u>	<u>540</u>
Total	<u><u>2.537</u></u>	<u><u>1.939</u></u>

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2016, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de mercado: é o risco que ocorre com as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	1.864	1.345

Risco operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

b. Análise de sensibilidade

A Companhia não opera com derivativos. Possui apenas aplicações de liquidez imediata com rendimento que flutua de acordo com o CDI-Certificados de Depósito Interbancário.

c. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.910	1.910	1.399	1.399
Contas a receber de clientes	627	627	540	540
Contas a pagar a fornecedores	60	60	58	58

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2016	2015
Caixa	30	26
Banco conta movimento	16	28
Aplicações liquidez imediata	<u>1.864</u>	<u>1.345</u>
	<u><u>1.910</u></u>	<u><u>1.399</u></u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2016	2015
Clientes no varejo	123	103
Contas a receber centro comercial	1.047	915
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(543)	(472)
Recebimentos a compensar	<u>-</u>	<u>(6)</u>
	<u><u>627</u></u>	<u><u>540</u></u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada da seguinte forma: 100% dos aluguéis a receber em processos judiciais, e os vencidos há mais de 6 meses.

Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel.

7. ESTOQUES

Em 31 de Dezembro de 2016, o montante de R\$ 165 (R\$137 em 2015 refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo).

8. OUTROS

	2016	2015
Depósitos para recursos judiciais	13	13
Adiantamentos a terceiros	<u>-</u>	<u>18</u>
Total não circulante	<u><u>13</u></u>	<u><u>31</u></u>

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	2016	2015
Imóveis para locação	49.628	49.504

Notas Explicativas

Outros investimentos	<u>40</u>	<u>33</u>
	<u>49.668</u>	<u>49.537</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de imóveis para locação refere-se aos terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantidos para finalidade de locação.

Em 2016 a Companhia promoveu a revisão do valor justo de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através de profissional técnico qualificado, com o objetivo de reconhecer o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2016.

Para a determinação do valor justo o avaliador seguiu as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 versão corrigida 2:2005, NBR 14653-2:2011, NBR 14653-4:2002 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foi utilizado pelo avaliador em 2016 (como em 2015) a metodologia do Método Comparativo de Dados de Mercado e do Método Involutivo.

Abaixo segue resumo da movimentação ocorrida na rubrica de Imóveis para locação:

	<u>2015</u>	<u>Adições</u>	<u>2016</u>
Edificações	296	-	296
Ajuste Avaliação patrimonial em edificações	35.006	-	35.006
Instalações	172	-	172
Instalações centro comercial	1.126	103	1.229
Adto p/Reforma Elevador	-	21	21
Terrenos	1.353	-	1.353
Terrenos para venda	53	-	53
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	<u>11.498</u>	<u>-</u>	<u>11.498</u>
	49.504	124	49.628
Outros Investimentos	<u>33</u>	<u>7</u>	<u>40</u>
Total de Investimentos	49.537	131	49.668

Sobre os valores reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial a Companhia constituiu tributos diferidos nos termos do CPC 32 para demonstrar o valor líquido realizável na data de publicação, sendo esse em 31 de dezembro de 2016 como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	35.006	35.006
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	<u>11.498</u>	<u>11.498</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	46.504	46.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	<u>15.811</u>	<u>15.811</u>
Ajuste de avaliação patrimonial líquido	<u>30.693</u>	<u>30.693</u>

Notas Explicativas

A avaliação foi feita pelo Engenheiro Civil Milorad Boskovic, registrado no CREA-SC sob número 12.541-3. Em 2016 não houve variação nos valores dos Imóveis para locação devido a avaliação patrimonial.

10. IMOBILIZADO

	2016			2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis, utensílios e equipamentos	1.902	(1.779)	123	1.881	(1.753)	128
Benfeitorias	196	(196)	-	196	(196)	-
Veículos	285	(55)	230	284	(26)	258
Outros	31	(11)	20	25	(8)	17
	<u>2.414</u>	<u>(2.041)</u>	<u>373</u>	<u>2.386</u>	<u>(1.983)</u>	<u>403</u>

A movimentação do imobilizado em 2015 é a seguinte:

	2014	Adições	Baixas	Depreciação	2015
Móveis, utensílios e equipamentos	129	23		(24)	128
Benfeitorias	1			(1)	-
Veículos	223	147	(83)	(29)	258
Outros	15	4		(2)	17
	<u>368</u>	<u>174</u>	<u>(83)</u>	<u>(56)</u>	<u>403</u>

A movimentação do imobilizado em 2016 é a seguinte:

	2015	Adições	Depreciação	2016
Móveis, utensílios e equipamentos	128	21	(26)	123
Benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	258	-	(28)	230
Outros	17	6	(3)	20
	<u>403</u>	<u>27</u>	<u>(57)</u>	<u>373</u>

11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2016 o montante de R\$ 60 (R\$ 58 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

Notas Explicativas**12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

	2016	2015
Salários a pagar	14	14
Provisões férias com encargos	32	32
FGTS a recolher	2	2
INSS a recolher	9	9
	<u>57</u>	<u>57</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Impostos e contribuições	105	-	110	-
Parcelamentos – REFIS	55	18.381	61	17.824
	<u>160</u>	<u>18.381</u>	<u>171</u>	<u>17.824</u>

i. Impostos e contribuições

	2016	2015
ICMS a recolher	26	24
ICMS Fundo Social a recolher	2	1
ICMS Funturismo	1	1
IRRF a recolher	1	1
Contribuição social a recolher	11	11
Imposto de renda a recolher	19	27
PIS a recolher	8	8
COFINS a recolher	36	36
CSRF	1	1
	<u>105</u>	<u>110</u>

ii. Parcelamentos – REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, no âmbito da Lei 9.964, de 10.04.2000, parcelando os débitos tributários federais até então devidos e administrados pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS.

Notas Explicativas

Como garantia do parcelamento, promoveu o arrolamento de bens (finalizado pelo processo nº13971.000923-2010-14) sobre duas edificações e respectivo terreno, situado na Rua XV de Novembro, 759, Centro, Blumenau, SC, onde é a sede da Companhia e que está matriculado sob nº22.110, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau,SC. Na matrícula em que há o arrolamento, há inscritas penhoras judiciais relativas aos processos de execução dos tributos federais incluídos no referido parcelamento e, em razão do parcelamento, todas as execuções se acham suspensas.

A seguir apresenta-se o quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	Tributos federais			Total dívida na adesão
	PGFN	SRF	INSS	
Principal	1.090	173	2.431	3.694
Multa	231	35	805	1.071
Juros	1.362	60	1.790	3.212
Encargos	525	-	140	665
	<u>3.208</u>	<u>268</u>	<u>5.166</u>	<u>8.642</u>

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Em 2016, foi pago o montante de R\$60 (R\$ 64 em 2015) referente às parcelas do REFIS federal.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui contabilizado no passivo circulante a título de REFIS federal o montante de R\$55 referente a 12 parcelas vencíveis em 2016. O restante do saldo está classificado no passivo não circulante.

A atualização do referido parcelamento é efetuada mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo "TJLP".

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos foram calculados com base nos lucros futuros esperados pela companhia sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa. Os tributos diferidos passivos foram calculados sobre as reservas de reavaliação e sobre o custo atribuído (Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP) sobre Propriedades Para Investimentos. Este último será exigido em caso de alienação das Propriedades para Investimentos.

	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos			Tributos Diferidos Líquidos		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
em 31/12/2014	202	73	275	11.626	4.185	15.811	(11.424)	(4.112)	(15.536)
Constituição de Tributos	27	10	37	-	-	-	27	10	37
em 31/12/2015	229	83	312	11.626	4.185	15.811	(11.397)	(4.102)	(15.499)
Constituição de Tributos	36	13	49	-	-	-	36	13	49

Notas Explicativas

em 31/12/2016	265	96	361	11.626	4.185	15.811	(11.361)	(4.089)	(15.450)
---------------	-----	----	-----	--------	-------	--------	----------	---------	----------

15. PARTES RELACIONADAS

Abaixo segue movimentação ocorrida no resultado:

	Custo / despesa	
	2016	2015
Compark	106	142
Condomínio Shopping H	300	400
	406	542

a. Custos Condomínio Shopping H

Os custos com o Condomínio Shopping H referem-se ao pagamento dos encargos comuns (condomínio) e despesas próprias das áreas desocupadas e das áreas ocupadas pelo varejo da própria Companhia.

b. Despesas Compark

As despesas com a Compark referem-se ao pagamento do estacionamento de fornecedores, dos clientes do varejo da própria Companhia, caminhões de entregas e dos ônibus de turismo e prestadores de serviço de todas as áreas do centro comercial Shopping H, próprias e locadas, conforme acerto com os locatários, bem como a prestação de serviços de reparos (manutenção), melhorias, pinturas e conservação em geral das áreas próprias e locadas.

c. Remuneração dos Administradores

O valor da remuneração dos administradores aprovado na Assembléia Geral Ordinária, para o exercício de 2016, foi de no máximo R\$ 22 mensais, sendo um total anual de R\$264.

No ano de 2016, o total pago a título de remuneração dos três membros do conselho de administração (um dos quais também é diretor estatutário e apenas como tal recebe) e aos dois diretores estatutários, foi de R\$112 (R\$157 em 2015). Os montantes pagos compreendem pró-labore (do total = R\$105) e benefício de seguro saúde (do total = R\$7).

Aos dois membros do conselho de administração, foi pago o montante de R\$ 24 (idem em 2015). A remuneração individual foi de R\$ 12.

Aos dois membros da diretoria estatutária, foi pago o montante de R\$ 89 (R\$ 133 em 2015). A maior remuneração individual foi de R\$ 65 (R\$ 56 em 2015), a mínima individual foi de R\$ 24 (R\$ 15 em 2015) e a média de R\$ 44 (R\$ 66 em 2015).

Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo.

O conselho fiscal é de funcionamento não permanente, e não está instalado.

16. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2015), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas**17. RECEITA OPERACIONAL**

As receitas operacionais auferidas pela Companhia estão apresentadas abaixo:

	2016	2015
Vendas no varejo	1.188	970
Locações/Outras receitas	<u>2.578</u>	<u>2.581</u>
Receita bruta	3.766	3.551
Impostos sobre vendas e outras deduções	<u>(569)</u>	<u>(509)</u>
Total receita líquida	<u><u>3.197</u></u>	<u><u>3.042</u></u>

18. DESPESAS POR NATUREZA

	2016	2015
Despesas comerciais		
Salários e encargos	274	337
Material de consumo	13	6
Despesas com cobrança	22	18
Outras despesas	<u>3</u>	<u>5</u>
Total de despesas comerciais	<u><u>312</u></u>	<u><u>366</u></u>

Despesas administrativas

Aluguéis	-	22
Anúncios e publicações	16	24
Conservação e manutenção	54	64
Depreciações	57	56
Despesas de Cartório	15	14
Impostos e taxas municipais	69	60
Alimentação	19	20
Serviços de terceiros	188	164
Taxas CVM	53	43
Viagens	26	7
Outras despesas gerais e administrativas	<u>201</u>	<u>148</u>
Total de despesas administrativas	<u><u>698</u></u>	<u><u>622</u></u>

Despesas com benefícios a empregados

	2016	2015
Remunerações	195	242
Custos previdenciários	52	62
FGTS	19	25
Outros benefícios	<u>8</u>	<u>8</u>
	<u><u>274</u></u>	<u><u>337</u></u>

Notas Explicativas

Número de empregados	11	9
-----------------------------	-----------	----------

19. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras:	2016	2015
Aplicações financeiras	213	159
Descontos obtidos	2	1
Juros recebidos	34	27
Total de receitas financeiras	<u>249</u>	<u>187</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre tributos	(612)	(512)
Outras despesas financeiras	<u>(3)</u>	<u>(4)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(615)</u>	<u>(516)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(366)</u></u>	<u><u>(329)</u></u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 15% e 9%, respectivamente, o que representa uma taxa de 24% para os exercícios de 2016 e 2015, com a anterior redução dos resultados em 30% mediante o aproveitamento dos prejuízos acumulados até o saldo remanescente.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado são conciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	2016	2015
Lucro do exercício antes dos impostos	<u>552</u>	<u>569</u>
Total de adições	7	62
Total de exclusões	<u>-</u>	<u>-</u>
Base antes da compensação com prejuízos fiscais	559	631
Compensação 30% prejuízos fiscais	<u>168</u>	<u>189</u>
Base de cálculo do imposto de renda	391	442
Alíquota	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Imposto de renda corrente	59	66
Adicional de 10%	<u><u>15</u></u>	<u><u>20</u></u>

Notas Explicativas

Total de Imposto de Renda	74	86
Base antes da compensação com prejuízos fiscais	559	631
Compensação 30% prejuízos fiscais	168	189
Base de cálculo da contribuição social	391	442
Alíquota	9%	9%
Contribuição social corrente	35	40
Total IRPJ e CSLL sobre o lucro do exercício	109	126

21. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, Companhia possui seguros conforme demonstrado abaixo:

Riscos cobertos	Vigência apólice	máximo indenizável
Compreensivo empresarial	20.08.2016 à 20.08.2017	26.000
Compreensivo empresarial	20.08.2016 à 20.08.2017	9.461
Automóvel	05.03.2016 à 05.03.2017	820
Automóvel	15.01.2016 à 15.01.2017	940
Automóvel	09.09.2016 à 09.09.2017	1.155
		<u>38.376</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

22. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Blumenau, 13 de fevereiro de 2017.

Lojas Hering S/A.
Cid Steinbach

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP.
Claudinei da Silva - Contador CRC 21.429/O-0

Notas Explicativas

Diretor Presidente
CPF: 642.173.619-04

CPF: 986.545.019-53

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos. Acionistas e Administradores da:

LOJAS HERING S/A

Blumenau - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras das Lojas Hering SA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Nota Explicativa nº 13 ii)

No ano de 2000 a Companhia, amparada pela lei 9.964/2000, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS que abrange os tributos federais administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB. A Companhia calcula e paga os valores em consonância com o estabelecido pela legislação. Consideramos que este é um assunto significativo visto que é o maior passivo da Companhia reconhecido nas demonstrações financeiras e em caso de descumprimento das bases previstas na Lei ou a falta de pagamento, pode caracterizar a exclusão do parcelamento em questão, perdendo os benefícios concedidos e causando alterações significativas nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Validamos o saldo do parcelamento do Refis reconhecido no passivo da Companhia, utilizando como apoio o extrato emitido no site da Receita Federal do Brasil. Nossa avaliação levou em consideração principalmente se os cálculos efetuados pela Companhia para apurar os valores a pagar são consistentes com o previsto pela legislação. Verificamos: i) se a dívida registrada nas demonstrações financeiras da Companhia reflete com propriedade o saldo demonstrado no extrato emitido no site da Receita Federal do Brasil, ii) a forma de segregação do saldo devedor entre circulante e não circulante, iii) o reconhecimento dos juros no resultado. Adicionalmente, nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações feitas pela Companhia sobre este assunto.

Propriedade para Investimento (Nota Explicativa nº 9)

As propriedades para investimento são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo valor justo de mercado. A definição da metodologia de avaliação adotada, bem como as premissas consideradas, conforme as condições de mercado existente, tais como, projeção de receitas futuras de aluguel, taxas de ocupação, estão sujeitas a um alto grau de julgamento da Companhia e seu avaliador externo contratado pela Companhia para auxiliar na determinação do valor justo, investimento relacionados com a proteção dos ativos, as benfeitorias e documentação evidenciando a regularidade da situação dos imóveis e terrenos, localização e informações sobre o ambiente econômico onde a Companhia opera.

Devido à relevância, complexidade e julgamento necessários para a avaliação e mensuração das propriedades para investimento e aos impactos que eventuais mudanças que podem ocorrer no cenário econômico imobiliário teriam sobre as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos essa área como relevante para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com suporte técnico de nossos especialistas no ramo imobiliário, avaliamos a metodologia de avaliação adotada para determinação do valor justo das propriedades para investimento e comparamos com as metodologias adotadas por outros avaliadores para propriedades similares.

Confrontamos os princípios adotados na avaliação pela Companhia e seus avaliadores externos com dados contratuais, históricos, do segmento e de mercado disponíveis. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos efetuados para determinação do valor justo, bem como dos impostos diferidos decorrentes da diferença temporária entre o saldo contábil e fiscal das propriedades.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em atendimento aos normativos contábeis, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na mensuração do valor justo das propriedades para investimentos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 20 de fevereiro de 2017.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC-SC N° 001.059/O-7

Samir da Silveira - Sócio Responsável

Contador CRC N° SC-024.199/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores de LOJAS HERING S/A, CNPJ nº 82.640.632/0001-84, nos termos da Instrução CVM nº. 480/09, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Blumenau, 08 de março de 2017.

Diretoria:

Cid Steinbach - Presidente

Ademar Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores de LOJAS HERING S/A, CNPJ nº 82.640.632/0001-84, nos termos da Instrução CVM nº. 480/09, declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes, Actus Auditores Independentes S/S, emitido em 20 de fevereiro de 2017 relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Blumenau, 08 de março de 2017.

Diretoria:

Cid Steinbach - Presidente

Ademar Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores